

TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS: AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA ENTRE AS FAMÍLIAS QUILOMBOLAS DE MORRO ALTO (MAQUINÉ – RS – BRASIL)

HISTORICAL TRANSFORMATIONS AND DIFFERENTIATION OF AGRARIAN SYSTEMS: THE STRATEGIES OF SOCIOECONOMIC REPRODUCTION AMONG FAMILIES MAROON MORRO ALTO (MAQUINÉ – RS – BRAZIL)

Matias Felipe Eidelwein Kraemer

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS – Brasil

Lovois de Andrade Miguel

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS – Brasil

Resumo: Este artigo tem o objetivo de apresentar uma perspectiva sobre a agricultura presente entre as famílias da comunidade quilombola de Morro Alto (Maquiné/RS). Para tanto busca descrever e analisar as diferentes estratégias de reprodução socioeconômica adotadas ao longo das transformações históricas e diferenciação dos sistemas agrários na região que circunscreve o território ocupado por esta população. Partindo da revisão bibliográfica, da leitura da paisagem e dos relatos dos quilombolas acerca de seus atuais sistemas de produção, busca-se delinear uma tipologia social, para então realizar uma discussão sobre as possibilidades de desenvolvimento do território quilombola em processo de regularização fundiária. Foi possível identificar seis tipos sociais que diferenciaram suas estratégias de reprodução socioeconômica ao longo do tempo. O desenvolvimento territorial passa pela articulação de uma série de atores e atividades multissetoriais, a partir da regularização fundiária e da possibilidade de construção de um projeto de desenvolvimento territorial focado nas perspectivas das famílias quilombolas.

Palavras-chave: Comunidade quilombola de Morro Alto. Sistemas agrários. Sistemas de produção. Reprodução socioeconômica. Desenvolvimento local.

Abstract: This article has the objective to present a look into the agriculture present in families of the *quilombola* community of Morro Alto (Maquiné/RS) and describe the different socioeconomic reproduction strategies adopted along of historical and differentiation of agrarian systems in the region that circumscribes the territory occupied by this population. From the literature review, reading the landscape and the reports of the *quilombolas* about their current production systems, seeks to outline a social type, and then hold a discussion on the development of the *quilombola* territory in process of land regularization. It was possible to identify six social types differentiated socioeconomic reproduction strategies along the time. The territorial development involves the articulation of a series of actors and multisectoral activities, from land regularization and the possibility of building a project focused on territorial development perspectives of *quilombolas* families.

Keywords: Quilombola Community of Morro Alto; Agrarian Systems; Productions Systems; Socioeconomic Reproduction; Local Development.

INTRODUÇÃO

As transformações históricas ocorridas na região que circunda o território ocupado pela população quilombola de Morro Alto foram muitas ao longo da história regional. Os sistemas agrários evoluíram e se diferenciaram de maneira a influenciar os sistemas de produção e as estratégias de reprodução socioeconômicas das famílias quilombolas que hoje reivindicam o território historicamente ocupado e deixado em testamento pela Senhora Rosa Osório Marques.

Existem diferentes intencionalidades sobre o território hoje em disputa e discussões sobre o projeto de desenvolvimento que se quer para a região. Identificar a situação produtiva e socioeconômica dos quilombolas de Morro Alto é uma ação que se justifica por diversos motivos, entre os quais o de se entender as bases históricas sobre as quais essas famílias desenvolveram-se e organizaram suas estratégias de reprodução socioeconômica; o de entender como se diferenciaram os sistemas produtivos e quais são suas possibilidades frente à conjuntura atual; e ainda o de estabelecer um “marco zero” da situação produtiva agrícola no limiar da regularização fundiária.

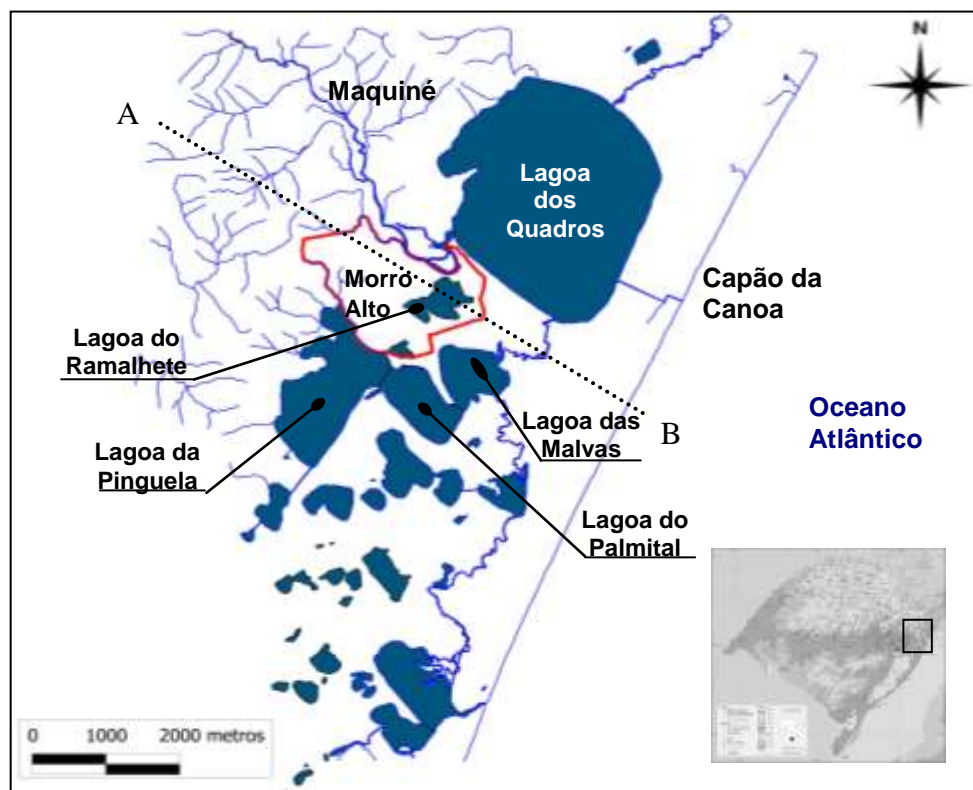
Este artigo tem o objetivo de apresentar um olhar sobre a agricultura presente entre as famílias da comunidade quilombola de Morro Alto (Maquiné/RS) e descrever as diferentes estratégias de reprodução socioeconômica adotadas ao longo das transformações históricas e diferenciação dos sistemas agrários na região que circunscreve o território. A partir da revisão bibliográfica, da leitura da paisagem e dos relatos dos quilombolas acerca de seus atuais sistemas de produção, busca-se delinear uma tipologia social e dos sistemas de produção, para então realizar uma discussão sobre as possibilidades de desenvolvimento agrícola entre estas famílias e como este pode estar relacionado ao desenvolvimento do território quilombola em processo de regularização fundiária. O referencial teórico foi a abordagem dos sistemas agrários trabalhada por Mazoyer e Roudart (2010) e a Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA) proposta por Dufumier (2007), com a operacionalização do conceito de Sistema Agrário discutida em Miguel (2009)

A partir do embasamento desses autores, este trabalho também está apoiado em diversos outros autores que realizam estudos com esta abordagem (COTRIM, 2007; PASQUOTO, 2005; FERREIRA, 2001; entre outros). Os estudos sobre a comunidade quilombola de Morro Alto (BARCELLOS et al., 2004; MÜLLER, 2006) também foram importantes fontes de consulta e de construção da noção de pertencimento histórico desta população sobre o território. A noção de território na qual se referencia este trabalho é a discutida por Haesbaert (2004) e Fernandes (2009).

A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MORRO ALTO E A LUTA PELA REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

A localidade de Morro Alto é considerada distrito urbano do município de Maquiné/RS. Entretanto, a região analisada neste estudo está relacionada ao território onde vivem hoje as famílias quilombolas que lutam pela regularização fundiária do território deixado em testamento por Rosa Osório Marques, senhora da sesmaria em que trabalhavam os escravos que foram agraciados no documento.

Figura 1. Localização do território quilombola em processo de regularização fundiária e os corpos hídricos na região



Fonte: Adaptado de Hasenack e Weber (2010)

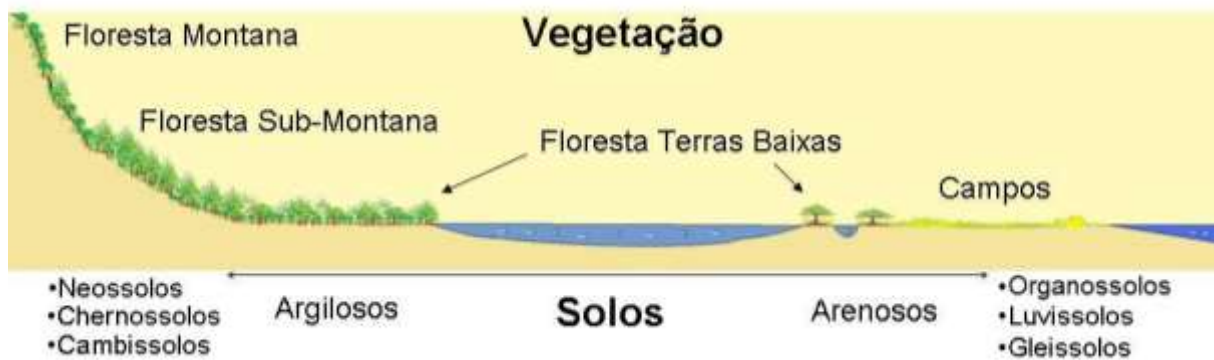
A região fisiográfica envolve ecossistemas da encosta inferior da Serra Geral e da Planície Costeira (Figura 1), os quais podem ser analisados como a interação de dois ambientes distintos do ponto de vista geológico e florístico, mas ecologicamente inter-relacionados.

A Figura 2 apresenta o perfil esquemático de relevo existente na região, representado pelo corte A-B na Figura 1, em função dessas duas formações geológicas apresentadas anteriormente. Nesta mesma Figura estão indicados os solos encontrados nestes ambientes assim como a vegetação associada.

O perímetro que circunda o território quilombola está, todavia, sob discussão, tendo a comunidade posições divergentes em relação ao perímetro considerado pelo INCRA em seu Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de março de 2011 (BRASIL,

2011). Assim, a região, ou área considerada abrange parte dos municípios de Maquiné, Osório e Capão da Canoa¹, tendo a localidade de Morro Alto como centro político da comunidade quilombola.

Figura 2. Relevo e solos associados à vegetação na região



Fonte: dados da pesquisa

As comunidades negras rurais estiveram, no decorrer do processo de luta pelos direitos civis, tardia e parcialmente alcançados, fortemente envolvidas com questões agrárias na medida em que presenciaram a drástica redução de suas áreas historicamente ocupadas. Na comunidade negra de Morro Alto não foi diferente, tendo a mesma realizado manifestações como no ano de 1963 quando ocorreu o acampamento de 250 famílias camponesas na localidade que reivindicavam na época uma reforma agrária (MÜLLER, 2006).

Com a Constituição Federal de 1988, o direito à titulação de suas terras passa a ser reconhecido pelo Estado, que inicia uma série de legislações jurídicas e administrativas para que se efetivem as titulações das terras quilombolas em território brasileiro.

Diversos estudos sobre a comunidade já ocorreram e discussões dessa comunidade com as instituições responsáveis pelo processo de regularização fundiária foram feitas. O objetivo dessas ações foi a delimitação de um território que contemple tanto a perspectiva da comunidade como as possibilidades atuais do Estado, para que seja resgatado o direito abdicado dos ex-escravos e, por conseguinte, de seus descendentes.

Dada a complexidade da restituição das “184 braças de terras de matos na fazenda do Morro Alto” à qual se refere o testamento, e considerando o atual contexto político-econômico e fundiário na região que compreendia a referida fazenda, o processo de regularização fundiária motiva disputas em instâncias políticas, jurídicas e administrativas do Estado, ganhando também um amplo espaço nos meios de comunicação.

¹ Apesar de o perímetro reivindicado pela comunidade englobar áreas no município de Capão da Canoa, muitos dos seus integrantes hoje vivem e/ou trabalham neste município, que também teve influência marcante em vários períodos da história regional e da própria comunidade.

Enquanto processo comunitário de luta política, através da constituição da Associação Comunitária Rosa Osório Marques, do reconhecimento pela Fundação Palmares como comunidade remanescente de quilombo e do laudo antropológico, produzido no contexto do processo de regularização fundiária, a comunidade quilombola de Morro Alto vem se instrumentalizando legalmente na luta pelo reconhecimento daqueles direitos negados, de seu pertencimento territorial e pela participação histórica no desenvolvimento da região.

Atualmente, o que se tem de mais avançado nesse sentido é a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)² feita pelo INCRA em março de 2011 (BRASIL, 2011). O território delimitado na referida publicação, apesar de não contemplar a totalidade daquele requerido atualmente pela comunidade, pode ser considerado um primeiro passo no sentido da retomada dos direitos de usufruto daquele espaço.

Esse processo, entretanto, não teve continuidade e segue estagnado após a publicação do RTID a mais de dois anos. Nesse período vários prazos para a notificação dos proprietários e posseiros foram estabelecidos, porém sem cumprimento desses prazos. Também são crescentes as tensões e os conflitos na região principalmente pela desinformação sobre o andamento do processo.

Num contexto de conflito das intencionalidades sobre o território é que a comunidade segue a pressionar o estado no cumprimento das normas estabelecidas em relação ao processo de regularização fundiária, constitucionalmente referenciado.

Uma conquista importante da comunidade é o reconhecimento por parte do Estado da necessidade de se executarem medidas compensatórias à comunidade pelos prejuízos (materiais e simbólicos) causados à mesma em função das obras de duplicação da BR-101, as quais "re-cortaram" o território na mudança do traçado da rodovia e na perfuração do "Túnel Morro Alto", o maior túnel rodoviário do país, com aproximadamente dois quilômetros de extensão.

O valor político deste reconhecimento acerca da "compensação" estatal é, no contexto de disputa pelo território, o feito de maior relevância. Se o Estado reconhece impactos no território especificamente sobre aquela comunidade, é porque reconhece também o pertencimento deste território a quem deve medidas de "mitigação". Além do ponto de vista político, a conquista desse reconhecimento também proporciona uma série de medidas que visam ao fortalecimento socioeconômico e que reforçam a luta empreendida pelos quilombolas.

² O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) é um documento produzido e publicado pelo INCRA que se constitui como parte do processo de regularização fundiária dos territórios quilombolas. Esse documento contém estudos fundiários, antropológicos e sociais sobre a comunidade e o território em questão e um de seus mais importantes efeitos, entre outros, é a delimitação do território em que será realizada a "desintrusão" (termo utilizado pelo Instituto) dos proprietários e posseiros não pertencentes à comunidade quilombola.

A TRANSFORMAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS NO LITORAL NORTE

Desde as populações indígenas até a atualidade foram identificados seis períodos históricos de importantes transformações na região de estudo, cada qual com suas contribuições na conformação atual da sociedade local. A Figura 3 apresenta essas transformações sobre a paisagem nos diferentes momentos.

Sistema Agrário Indígena

A relação homem-natureza na região remonta de milhares de anos, com grupos caçadores e coletores que se deslocavam entre o mar e a serra geral em busca sazonal por alimentos, fibras e outros materiais. Conforme indícios arqueológicos em torno de dois ou três milhares de anos antes do presente, populações maiores começam a estabelecer-se de maneira fixa no local (ANAMA, 2000).

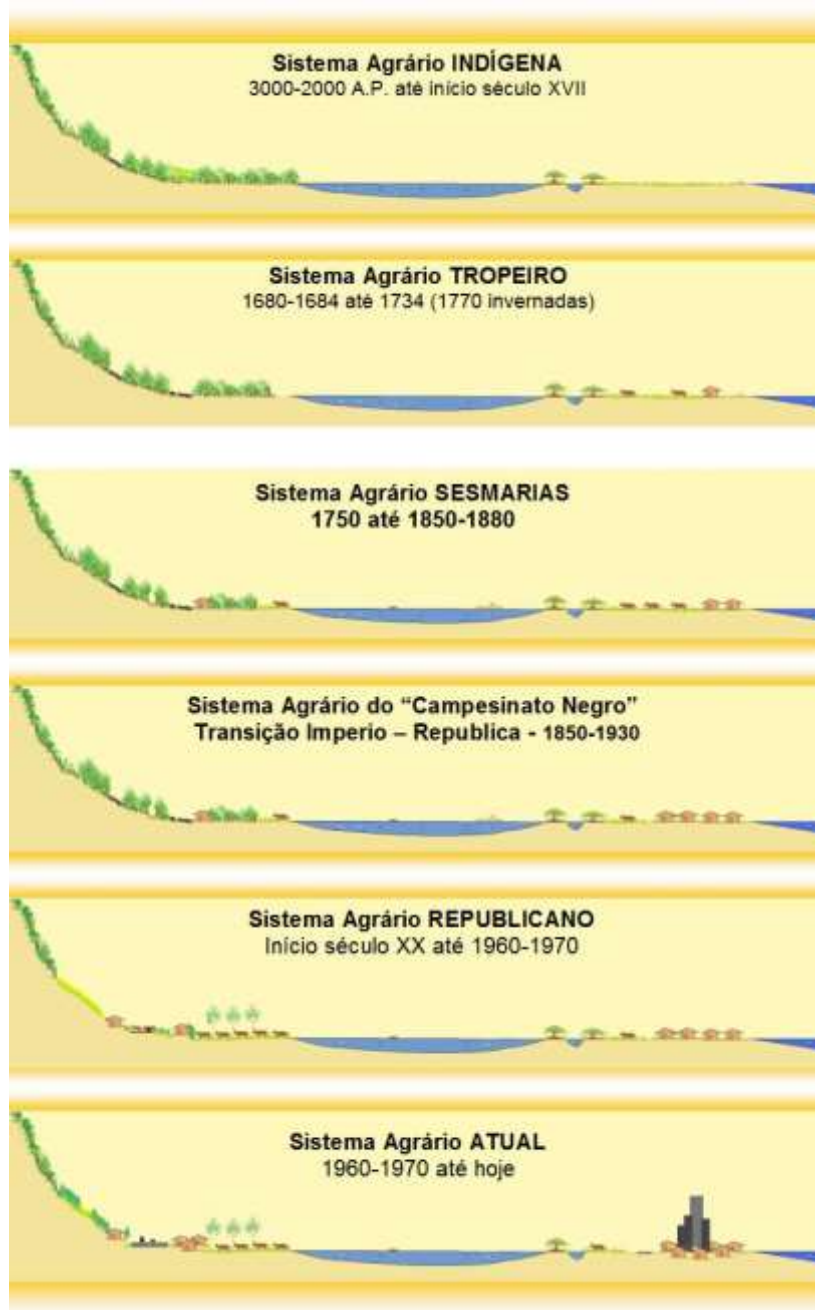
Além dos grupos nômades que visitavam a região, o grupo predominante que se encontrava na região era dos Carijós, pertencente à nação Guarani do tronco linguístico Tupi-Guarani. Esse grupo ocupava a faixa entre a encosta da serra e o mar, do rio Tramandaí até o Mampituba em Torres e estendendo-se até Laguna em Santa Catarina (GERHARDT, 2002).

Com o passar do tempo e da influencia das migrações guaraníticas, os habitantes da região adotaram, além das práticas de caça, pesca e coleta, a agricultura de coivara³.

O encontro com os colonizadores ocorre por volta do início do século XVII, por motivações de doutrina religiosa, ou pela caça daqueles habitantes para venda no mercado escravista, atividade conhecida como "preiamento", no qual se caçavam habitantes do litoral sul-brasileiro para o cativo e a comercialização, foi o primeiro grande impacto ao modo de vida das populações que ali estavam (COTRIM, 2007).

³ Agricultura de coivara é caracterizada como um sistema de cultivo tradicional em que a vegetação de determinada área é derrubada, seca e queimada. Nesta área então se inicia uma sucessão de cultivos que vão dos mais exigentes em fertilidade (arroz e milho) até os menos exigentes (mandioca) ao longo de 3 a 4 anos, quando é deixada em pousio que pode chegar a um período de 50 anos ou mais. Este sistema pressupõe uma série de requisitos para se sustentar ao longo dos anos. Na medida em que as áreas das populações que fazem uso do mesmo foram reduzidas, diminuído o tempo de pousio, este sistema passou a ser visto como um fator de degradação do ambiente natural devido aos efeitos negativos na fertilidade dos solos e o empobrecimento da vegetação nativa nas áreas submetidas ao mesmo.

Figura 3. Transformações históricas sobre o perfil geográfico regional



Fonte: dados da pesquisa

Posteriormente, o fluxo de tropeiros, a apropriação do território pelo regime de sesmarias, a consolidação do estado republicano e o processo de desenvolvimento capitalista, aprofundaram a segmentação deste sistema, pelo impedimento dessas populações ao seu livre trânsito no território e ao acesso a recursos naturais que por milhares de anos lhes foram disponíveis e pelos quais zelavam.

Mesmo tendo sua população drasticamente reduzida e seus territórios ocupados, as populações indígenas ainda resistem à cooptação pelas culturas dominantes que se seguiram após a chegada dos europeus ao continente. Os grupos existentes atualmente se relacionam de maneira seletiva com a sociedade

envolvente e mantém, com as devidas adaptações e atualizações, seu sistema cosmológico, cultural e social, mantendo vivo também o Sistema Agrário Indígena. Além disso, seus conhecimentos sobre o ambiente local foram de um valor inestimável aos outros grupos étnicos que vieram posteriormente a ocupar o território, e estão presentes nos usos e costumes das etnias que lá coexistem atualmente.

Sistema Agrário Tropeiro

Este período histórico foi o primeiro momento em que o sistema colonialista passa a proporcionar o estabelecimento de uma população a partir do fluxo tropeiro, em um período que havia poucos habitantes na região do litoral norte. A caça e captura dos indígenas para o comércio escravocrata e a restrição à livre circulação dos que não foram capturados, tornaram aquela área hostil e desabitada.

A partir de então, a faixa litorânea da planície costeira passa a ser rota de tropeiros cuja atividade era levar gado da Colônia de São Pedro do Rio Grande até Sorocaba em São Paulo, passando por Laguna em Santa Catarina.

No longo percurso pela costa do que hoje é o litoral do Rio Grande do Sul, eram exigidas várias paradas em locais estratégicos. Esses locais deveriam possuir principalmente duas características complementares: áreas de pastagens para descanso e recomposição dos animais e que essas áreas fossem providas de barreiras naturais que possibilitassem o confinamento dos animais durante o período.

Assim, formam-se as primeiras invernadas, nas quais também se produzia a carne seca de peixe, que era utilizada pelos viajantes para sua alimentação ao longo do percurso. As invernadas, por motivar pessoas a viver na região e pela necessidade de alimentar os viajantes, proporcionaram então a criação de uma economia local, baseada nesse fluxo tropeiro, assim como uma agropecuária embrionária que veio a consolidar-se com a concessão das sesmarias.

A partir da concessão das sesmarias e da mudança na rota do caminho tropeiro, o fluxo de pessoas pela região diminuiu consideravelmente, muito embora a prática das invernadas permanecesse na planície costeira até 1770.

Mesmo deixando de existir, o fluxo tropeiro⁴ tal qual descrito, que percorria uma grande distância em função da geopolítica da coroa portuguesa, seguiu-se na região um intenso fluxo de “tropeirismo regional” até meados do século XX. Esses grupos de tropeiros transportavam mercadorias e animais vivos (principalmente suínos e aves) e produtos agropecuários entre as regiões serranas e Conceição do Arroio, atual município de Osório.

⁴ Fluxo tropeiro se refere ao período dos tropeiros os quais eram condutores de tropas que transportavam animais e mercadorias entre regiões produtoras e consumidoras no período colonial brasileiro a partir do século XVII. Na região este fluxo ligava a Colônia de Sacramento (atualmente território uruguaio) à Laguna (SC) e existiu na região desde meados do século XVII até meados do século XVIII.

Sistema Agrário das Sesmarias

A partir de meados do século XVIII o sistema de concessão de sesmarias passa a predominar na região trazendo consigo gradualmente novos elementos que irão compor a sociedade local. Tal regime irá se expandir até 1822 com o fim da concessão de sesmarias, e verá sua desestruturação parcial⁵ com a Lei de Terras de 1850 e a Lei Áurea de 1888.

O processo de “latifundização”, que ocorreu de maneira generalizada pela concessão das sesmarias, não deixou de ser exacerbado no litoral norte, chegando a ponto de praticamente toda esta região pertencer a um único dono (ANAMA, 2000).

Muito embora seja verdadeiro que existia uma produção fortemente voltada a um mercado “externo⁶”, também é verdade que existia neste período importantes sistemas econômicos locais de produção, consumo e comercialização de produtos oriundos de uma população camponesa, associada às grandes estâncias escravocratas.

O sistema produtivo “latiminfundista” (MAZOYER; ROUDART, 2010) pode ser distinguido em um sistema voltado ao mercado externo e outro ao mercado regional e de subsistência. Esses dois sistemas estavam inter-relacionados e eram interdependentes, na medida em que os mesmos agricultores camponeses (escravos ou livres) trabalhavam nas estâncias patronais, onde a produção era exportada a outras regiões, e em tempo complementar produziam alimentos, fibras⁷ e ferramentas para sua subsistência com excedentes para o mercado regional.

Os agricultores escravos ou livres mantinham uma lógica camponesa de relação com o meio e com a sociedade envolvente, inclusive com seus senhores, por meio da “brecha camponesa⁸”.

Tal mecanismo consistia na cedência de gleba de terras por parte do senhor aos seus escravos e ex-escravos para que ali cultivassem, inibindo fugas e contribuindo com uma imagem de “bom senhor” por propiciar, dentre outros fatores, a fixação da família em uma “ilusão de propriedade” (MULLER, 2006). Além disso, a brecha era capaz de proporcionar uma economia familiar que diminuísse a assistência senhoril (como a compra de roupas e produção de alimentos p. e.). Essa economia permanecia sob controle do senhor que era o principal comprador dos excedentes, sendo que os produtos camponeses

⁵ Prefere-se caracterizar como uma desestruturação parcial do sistema colonialista de sesmarias porque tais leis não foram concebidas com o intuito de provocar mudanças na estrutura social, mas sim para “atualizar” um sistema que, já por demais desgastado, prescindia de uma renovação que mantivesse as bases da estrutura social vigente.

⁶ Refere-se a um mercado para fora da região, nacional, mercantilizado e voltado ao centro da colônia, hoje região sudeste brasileira.

⁷ Produção de fibras animais (p.e. lã) e vegetais (p.e. fibra de cereais para o fabrico de chapéus, fibra de bambu e cipó para cestarias, etc.) para uso no cotidiano e venda de excedentes.

⁸ Conceito criado pelo historiador Tadeusz Lepkowski e desenvolvido por Sidney Mintz em estudos sobre o escravismo no Caribe, sendo também discutido por diversos pesquisadores da escravidão no Brasil, entre eles Slenes (1999), Cardoso (1982) e Muller (2005, 2006).

alcançavam mercados mais amplos através da mediação deste (BARCELLOS et al., 2004).

A criação do gado se dava no lado oriental das lagoas, campos fartos em pastagens de boa qualidade forrageira e com limites naturais à circulação dos animais (lagoas, rios e canais naturais). Os cultivos agrícolas, assim como a maior parte das moradias, se localizavam no lado ocidental das lagoas, próximos à encosta da serra geral, região de floresta que não se prestava à criação extensiva de gado, mas com solos férteis e mais bem protegida pela vegetação dos ventos do litoral.

Nesta época o modo de fazer agricultura seguia sendo a agricultura de coivara. Entretanto, já havia a introdução da tração animal leve, voltada principalmente para o transporte de pessoas e mercadorias, mas também para o preparo do solo. É no final desse período que as lagoas começam a ser utilizadas com maior intensidade para fins de transporte local, limitando-se aos perímetros das mesmas, ou através dos rios e canais naturais que as conectavam. O grande fluxo de transporte lacustre se dará, entretanto, algumas décadas mais tarde, já em finais do século XIX.

Sistema Agrário do Campesinato Negro - a Transição Império-República

“[...] Deixo para todos meus escravos, digo, ex-escravos e ex-escravas cento e oitenta e quatro braças de terras de matos que possuo na fazenda do Morro Alto, separadamente entre eles para darem uso e fruto passando destes a seus filhos e daqueles pela mesma forma sem que possam vender ou permutar [...]”⁹

O sistema agrário definido como campesinato negro neste trabalho ultrapassa os limites temporais do final da abolição até meados do século XX quando a região em que viviam os ex-escravos, quilombolas e mestiços, sofre influência da migração de novas etnias e de políticas de modernização do estado brasileiro. Esse campesinato remonta aos períodos iniciais das concessões das sesmarias e a chegada dos escravos africanos para suprir a demanda de trabalho.

O período de meados do século XIX até as décadas de 1930 e 1940 remete-se a um momento histórico de um novo sistema legal e da instituição do estado republicano, em que ex-cativos se veem num limbo entre o desdém das instâncias jurídicas na titulação e reconhecimento de suas terras herdadas por testamento, os estancieiros patronais e as novas dinâmicas sociais locais.

Na relação com o meio natural, além dos cultivos de subsistência e da venda da força de trabalho, a pesca, a caça e a coleta seguiam sendo atividades importantes no sustento das famílias. O “morro” era local do extrativismo, da madeira, da coleta de plantas e das roças de coivara. Essas roças eram instaladas e cultivadas com trabalho coletivo, o “Pixurú”, na derrubada da vegetação na

⁹ Inventário de Rosa Osório Marques, Auto 108, Março 5, Cartório de Órfãos e Ausentes de Viamão, 1888 – APERS. (BARCELLOS et al., 2004, p. 95)

ocasião de instalação de uma nova parcela, momento em que a coivara exige o maior emprego da força de trabalho.

Existem também relatos na região sobre a fartura de animais que existiam naquele ambiente, assim como conhecimentos sobre a flora local, proveniente da interação com as populações indígenas que permaneciam vivendo nas redondezas e por muitas se miscigenavam. O processo de benzedura¹⁰, existente até hoje para diversos fins, naquele tempo e até pouco tempo atrás também era utilizado para curar os males na agricultura de coivara.

O meio de transporte se dava por caminhos de terra em veículos de tração animal. Em 1847 já se tinham notícias de que se utilizavam também as lagoas como meio de transporte intrarregional, desde a lagoa de Itapeva em Torres até a lagoa da Pinguela no atual município de Osório. Este transporte se dava em pequenos barcos a vela e utilizava os canais naturais que conectam estas lagoas. A partir daí a carga era levada por carroças puxadas por cinco ou seis juntas de bois que atravessavam os campos de Conceição do Arroio (Osório), Santo Antônio da Patrulha, chegando até Porto Alegre (SILVA, 1985).

Outra via de traslado de produtos era por cima da serra através de caminhos que passavam por São Francisco de Paula, São Leopoldo, Dois Irmãos e Porto Alegre, que, em bom tempo se percorria em quatro a cinco dias de viagem. Mais tarde, por volta do ano 1908 a rota até a capital passou a ser por via terrestre até Palmares do Sul e de lá novamente por via lacustre até Porto Alegre. (SILVA, 1985)

Nessa época já existiam, além dos barcos a vela, barcos com motor movido a querosene e motores a vapor. Seguiram as melhorias no transporte lacustre local, sendo que em 1920 a construção de canais ligou a lagoa da Pinguela à vila de Conceição do Arroio. Em 1922 era inaugurada a via férrea que ligava a vila até Palmares do Sul. O percurso de 54 quilômetros antes percorrido em dois ou três dias, agora ficara reduzido a três horas (SILVA, 1985).

Sistema Agrário Republicano

A partir das primeiras décadas do século XX, a intensificação do transporte lacustre valoriza as terras baixas da planície costeira, então ocupadas por negros e mestiços desde o período das sesmarias. É neste período também que famílias de colonos europeus, já consolidados na região dos vales da serra geral, passam a emigrar à planície costeira. Somado a isso, a chegada de novos imigrantes vindos de Santa Catarina e de Porto Alegre para viver na região formam um novo contexto social e econômico.

¹⁰ A Benzedura é um termo cunhado pela cultura popular, caracterizada por ser uma prática simbólica eficaz que tem por objetivo a proteção, purificação ou fortificação de alguma pessoa, objeto ou lugar. Os conhecimentos sobre esta prática são passados entre gerações e é realizada geralmente por uma pessoa conhecida como benzedor, que possui ou lhe é atribuído socialmente a capacidade de mediação e comunicação com entidades sobrenaturais ou não humanas. A benzedura também pressupõe um ato de fé e crença por parte de quem a solicita e sua comunidade.

Nessa época, ainda era através dos portos lacustres que se dava o principal canal de comercialização dos produtos agrícolas, além dos portos que possibilitavam a exportação para outras regiões. A comercialização direta aos centros regionais em urbanização, principalmente Capão da Canoa, ocorria através do deslocamento via Lagoa dos Quadros com pequenas embarcações a remo, ou via estrada de terra (atual ERS-407) em carros de boi.

O sistema de transporte lacustre, no entanto, não perdura por muito tempo devido ao posterior predomínio dos veículos para transporte rodoviário. De encontro às mudanças no sistema de transportes, vem a crise do sistema de coivara devido à superexploração dos ambientes ocasionada pela diminuição dos períodos de pousio, o que levou à extinção de praticamente toda a cobertura florestal nativa e à queda acentuada nos rendimentos.

Um quadro de degradação ambiental, crise no sistema de transporte lacustre e crise no sistema da agricultura de coivara. Somam-se a isso as políticas públicas de modernização do país, a consolidação do processo de industrialização por substituição das importações que absorvia a mão de obra camponesa, agora liberada e migrante devido às transformações no contexto rural. A continuação da revolução agrícola e a revolução dos transportes (MAZOYER; ROUDART, 2010) aprofundarão, inevitavelmente, os impactos e as transformações nas dinâmicas socioeconômicas até a atualidade.

Sistema agrário atual

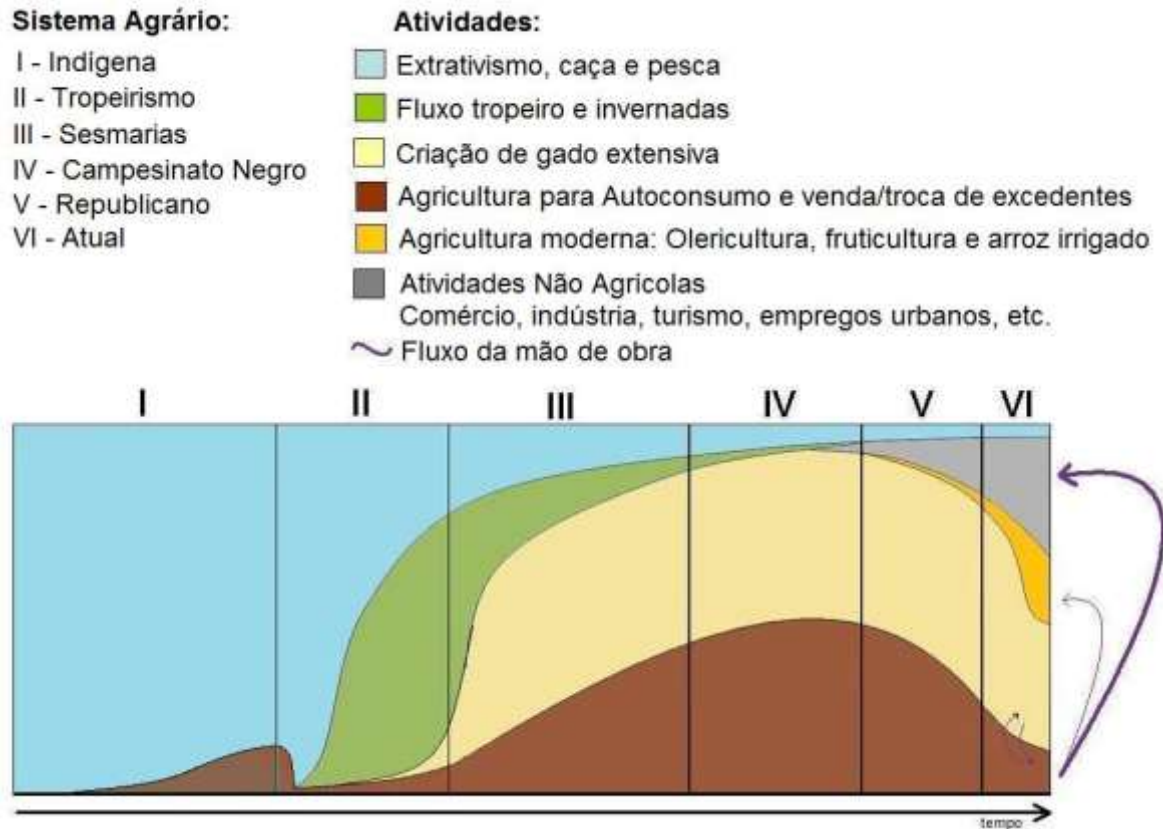
Cada sistema agrário fornece condições ao subsequente, de maneira a incorporar ou reorganizar padrões, visando atingir um novo estado de equilíbrio dinâmico. Um determinado sistema agrário não deixa de existir abruptamente para dar lugar a outro, senão que se transforme em parte, mantendo-se também ao longo do tempo até os dias atuais. Dessa forma é que são encontrados na região, hoje, Sistemas de Produção organizados e articulados segundo o contexto de sistemas agrários anteriores, através de estruturas transpassadas historicamente entre os mesmos.

A Figura 4 ilustra as diferentes atividades desenvolvidas ao longo da história, na qual ocorre uma forte redução nas atividades agrícolas como um todo, principalmente a partir do Sistema Agrário Republicano, com o avanço das atividades agrícolas “modernas” e das atividades não agrícolas, notadamente em detrimento da agricultura de subsistência e venda de excedentes. Também uma pequena parte dos campos de criação de gado extensiva sofre redução pelo destino dessas áreas à olericultura e/ou agricultura mecanizada e ao estabelecimento de Fazendas de Lazer.

No contexto atual, a partir da evolução das atividades produtivas ilustradas na Figura 4, é possível caracterizar de maneira geral, três grandes grupos ou tipos sociais que desenvolvem os diferentes Sistemas de Produção Agrícola encontrados no Sistema Agrário Atual:

- a) o Sistema Patronal de Criação Extensiva de Gado de Corte;
- b) o Sistema Familiar-Industrial de Olericultura Especializada; e
- c) a Agricultura Familiar Pluriativa.

Figura 4. Importância relativa das atividades produtivas ao longo da história regional



Fonte: dados da pesquisa

O sistema patronal de criação extensiva de gado de corte é o que ocupa a maior superfície das terras baixas, caracterizada pela pouca utilização de mão de obra, propriedades relativamente grandes e pouca articulação com a população circunvizinha. Em alguns casos, estas áreas, fazem rotação com plantações de arroz irrigado, muito embora essa última não seja praticada pelo proprietário, sendo então a área arrendada a terceiros, que utilizam determinada parcela por alguns anos e retornam ao proprietário que segue com a criação animal. Essa atividade é altamente especializada e requer forte imobilização de capital em máquinas e insumos, além do saber-fazer inerente a esse Sistema de Cultivo.

O sistema de produção da Olericultura é também altamente especializado e intensivo no uso da motomecanização, quimificação¹¹ e de irrigação. Uma agricultura familiar capitalizada e em processo de acumulação, com gestão

¹¹ Quimificação pode ser entendida como um dos pilares da Revolução Agrícola Moderna (MAZOYER; ROUDART, 2010) e caracteriza-se pela introdução de substâncias químicas nos sistemas de produção agropecuários. Essas substâncias visam tanto à reposição e ao aumento da fertilidade química dos solos como também ao combate às pragas e às doenças das plantas e animais. Para o uso na agricultura foram adaptadas de tecnologias utilizadas nas grandes guerras do século XX. Atualmente são desenvolvidos e comercializados por corporações farmacológicas multinacionais, sendo boa parte do custo de produção agrícola relacionado ao uso desses insumos.

empresarial, empregadora de mão de obra assalariada e que acessa as políticas públicas destinadas a ela¹².

Esses sistemas produzem, sob condições de alta rotatividade de produtos que são vendidos principalmente em centros de distribuição de alimentos na capital, na Serra Gaúcha e no interior do Estado. Desta forma, é possível que uma verdura seja transportada a Porto Alegre durante a madrugada e no mesmo dia volte ao estabelecimento vizinho de onde foi produzido, em Maquiné ou Osório, para ser comercializado ao consumidor final.

Por ser altamente competitiva, a atividade exclui uma grande parte dos agricultores que não possuem terra e/ou capital inicial para estruturar tal sistema (sistema de irrigação, motomecanização, caminhão para transporte, etc.). Além disso, a lógica de gestão e de trabalho desestimula outros “agricultores” a se aventurarem enquanto “produtores”. Essa atividade exige relativa intensidade de mão de obra e acaba por ser a principal fonte de assalariamento agrícola.

Por fim, pode-se destacar o terceiro grande grupo, de uma agricultura familiar mais ou menos integrada ao mercado local e com variável nível de diversificação da renda através de atividades não agrícolas. Seus sistemas de produção objetivam a remuneração da mão de obra familiar, com produção diversificada para o autoconsumo e especializada para a comercialização: banana, cana para forragem animal, boi gordo, leite e/ou queijo, etc. A Renda Agrícola atinge proporções variadas na composição da renda familiar; entretanto, a remuneração da mão de obra familiar alcança, quando muito, o nível de renovação da base produtiva material.

TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E AS IMPLICAÇÕES NAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS QUILOMBOLAS

Muitos são os motivos pelos quais os sistemas de produção se transformam ao longo do tempo. Da mesma forma ocorre com as estratégias de reprodução socioeconômica das famílias. Na região em estudo, foram identificados os principais fatores de diferenciação dessas estratégias, cada qual em um dado momento histórico e provocando distintas reações em cada família: (1) os baixos preços pagos pelos produtos agrícolas associados; (2) o aumento do custo de oportunidade, devido a maior oferta e melhor remuneração dos salários; (3) o aumento da necessidade de investimentos no sistema produtivo para manter-se competitivo (máquinas e equipamentos cada vez mais custosos, insumos e tecnologias especializadas); (4) as restrições por parte da legislação ambiental e sanitária, que dificultaram a criação e comercialização da produção (principalmente a animal); (5) as condições de trabalho inadequadas devido a precária infraestrutura produtiva (equipamentos e máquinas que aumentem a produtividade do trabalho e diminuam os esforços); (6) o acesso à terra

¹² Estas famílias de agricultores tornaram-se um impasse ao processo de regularização fundiária do território quilombola de Morro Alto, por ser uma agricultura familiar especializada, consumidora de insumos e que realiza financiamentos de máquinas e implementos. Apesar disso, esta situação não pode ser generalizada a todo o território, pois abrange um número limitado de famílias em uma localidade específica.

(localização, condições de solo, relevo) e (7) os mercados também contribuíram nesta diferenciação.

Com a alteração do sistema de transporte e com a nova dinâmica de circulação regional, a construção e posterior pavimentação da BR-101 valorizou as terras por onde cruzou. Pouco tempo antes e por um período muito grande, a lógica de comunicação com outras regiões estava voltada às lagoas. De forma extremamente rápida toda atenção se volta à estrada de rodagem, reconfigurando o sistema de transporte, de circulação de bens e serviços e o acesso a e de mercados.

A paisagem exuberante fez despertar o valor turístico da terra, e junto a ele, a especulação imobiliária. Fazendas ou sítios de lazer, com boas casas de gramados e jardins cercados, hoje são comuns naquele espaço. Além disso, a extração de areia, basalto e o estabelecimento de algumas indústrias também contribuem à "pressão fundiária" em torno do complexo rodoviário ali instalado. Essa valorização das terras para usos diversos traz uma importante mudança nas unidades de produção das famílias que historicamente habitavam o lugar: a redução das áreas chegou a tal ponto que algumas famílias quilombolas perderam qualquer possibilidade de produção agrícola. A perda das áreas em posse dos quilombolas se deu por diversos meios: pela venda a preços irrisórios; pelo avanço das cercas "a força" e/ou pelo desconhecimento das formas legais de manutenção da propriedade (BARCELLOS *et al.*, 2004; MÜLLER, 2006; KRAEMER, 2012).

Mas, não somente a redução das áreas provocou mudanças nos sistemas de produção e nas estratégias de reprodução socioeconômicas das famílias. Os ganhos de produtividade devido às tecnologias industriais aplicadas à agricultura (a jusante e a montante do processo produtivo) e a "Revolução dos Transportes" (MAZOYER; ROUDART, 2010) também colocaram em contato realidades muito distintas, e em competição agriculturas e mercados com desenvolvimento muito diferenciado.

Foram muitos os agricultores que plantaram cana para venda à Açúcar Gaúcho SA (AGASA), localizada no município de Santo Antônio da Patrulha, às margens da BR-290 (rodovia que liga Porto Alegre a Osório). Outros tantos foram os que produziram leite enquanto houve a "linha" do caminhão da Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC).

As decepções com esses projetos podem ser caracterizadas como um momento importante na diferenciação dos sistemas produtivos familiares: novamente famílias de agricultores deslocam as atividades agrícolas do centro da estratégia de reprodução socioeconômica. Outras, no entanto, mais uma vez, reorganizam seus sistemas produtivos com vistas a manter a atividade. Essas irão permanecer até hoje no cultivo da banana, entre outros motivos, pela relativa autonomia desse cultivo com relação aos agentes externos:

Variadas são também as ofertas de trabalhos não agrícolas que aumentam a pressão sobre os sistemas de produção agrícolas: a extração de pedras do basalto que forma o Morro Alto; a empreiteira que agora amplia a rodovia; e os empregos temporários na época de "veraneio" (dezembro a fevereiro). Muitas vezes é essa atividade que torna possível a compra ou manutenção de algum equipamento

agrícola mais oneroso e que irá fazer frente às demandas do trabalho agrícola no restante do ano.

Os habitantes rurais, sobretudo quando da proximidade geográfica a centros urbanos importantes, como é o caso da comunidade quilombola de Morro Alto, irão desenvolver atividades não agrícolas no sentido de complementar seus ingressos e fortalecer, inclusive, seus sistemas produtivos. O “ir para a cidade” ou “ter um emprego fora” não é algo fixo e irreversível, mas algo dinâmico e consequência de uma série de ponderações e de decisões familiares relacionadas à sua reprodução socioeconômica.

Assim, mesmo perdendo espaço na estratégia familiar de reprodução socioeconômica, a agricultura não perde sua importância, pois, mesmo não tendo sua produção comercializada, segue importante na composição da renda familiar, quando evita a compra de uma série de produtos alimentícios. Além disso, a manutenção de atividades agrícolas incide sobre aspectos relacionados à segurança alimentar e à autonomia familiar, assim como à reprodução social e cultural, inerente à relação com o meio natural e aos costumes alimentares.

A questão da urbanização do entorno do território quilombola, o complexo rodoviário instalado e a especulação imobiliária não são em si os motivos da diminuição das atividades agrícolas, mas sim a combinação desses fatores com uma série de outros ligados à estrutura social e agrária, assim como à conjuntura do desenvolvimento agrário mundial que coloca em crise a “agricultura tradicional menos produtiva”.

Tipologia social e dos sistemas produtivos das famílias quilombolas

Nesta seção será apresentada a tipologia das famílias quilombolas de Morro Alto, enquadradas no terceiro grande grupo exposto anteriormente, que engloba os agricultores familiares pluriativos. Foi possível durante este estudo delinear seis tipos sociais com distintas estratégias de reprodução socioeconômica que implementam sete Sistemas de Produção.

O Quadro 1 apresenta os seis tipos sociais identificados e os Sistemas de Produção colocados em prática por cada um. Na terceira coluna encontra-se a representatividade de cada tipo social entre as 193 famílias residentes no território.

Quadro 1 - Tipos Sociais com respectivos Sistemas de Produção implementados e a representatividade desses entre as famílias quilombolas residentes no território

| Tipo Social | Sistemas de Produção | Famílias Envolvidas (%) |
|---|--|-------------------------|
| Tipo 1 - Agricultores-Pescadores (APesca) | SP1 - Sistema de Produção Convencional de Banana associado ao SEPA | 5% |
| | SEPA - Sistema Extrativo da Pesca Artesanal | |
| Tipo 2 - Agricultores pluriativos (AP) | SP2 - Sistema de Produção Convencional de Banana | 3% |
| | SP3 - Sistema de Produção dos pecuaristas quilombolas | 2% |
| Tipo 3 - Agricultores em tempo complementar (AC) | SP4 - Sistema de Produção complementar às atividades não agrícolas | 10% |
| Tipo 4 - Agricultores para o autoconsumo (AÑA/Auto) | SP5 - Sistema de Produção para o autoconsumo familiar | 60% |
| Tipo 5 - Trabalhadores Rurais | SP6 - Sistema de Produção na terra do patrão | 10% |
| | SP7 - Sistema de Produção do pátio | |
| Tipo 6 - Quilombolas Urbanos | Atividade agrícola mínima | 10% |

Fonte: dados da Pesquisa.

Famílias em que a agricultura é praticada de forma articulada com a pesca artesanal (Tipo 1)

As famílias aqui agrupadas dedicam suas atividades agrícolas quase que exclusivamente ao cultivo da banana de forma articulada com a pesca artesanal, de maneira que ambas as atividades são complementares em termos de absorção da mão de obra familiar e de renda. As famílias sempre viveram no território e, da mesma forma que seus antepassados, mantiveram as atividades agrícolas e pesqueiras como estratégia principal de reprodução socioeconômica.

A família extensa possui uma área coletiva, com local onde são construídas as residências das famílias nucleares de forma relativamente próximas, formando um núcleo residencial às margens da Lagoa dos Quadros, onde é realizada a atividade pesqueira. Algumas famílias nucleares também se encontram um pouco mais distantes devido à disposição das áreas ou por motivo de união matrimonial.

Na encosta do "morro", próximo das residências, pode-se encontrar alguma pequena "malha" de cana ou roça de aipim, e a partir destas começam os bananais que se estendem encosta acima até as áreas de "mato", que completam a cobertura vegetal até o cume do morro. Dessa forma, apesar de a paisagem mostrar apenas um grande bananal, cada família nuclear sabe onde está e qual é a parcela que conduz, realizando as tarefas relativas ao manejo agrônômico a seu

gosto e critério. A cedência das áreas a algum filho ou neto, quando é o caso, é feita pelo ancião da família extensa, o qual detém a posse legal e o pertencimento moral de toda a área do tronco familiar.

As atividades agrícolas e pesqueiras são a principal ocupação do pai de família que conta com a contribuição de outros integrantes da mesma, em tempo integral ou parcial/sazonal. Mesmo que existam outras atividades não agrícolas na família, são os Itinerários Técnicos dos Sistemas de Cultivo e Criação, articulados com o Sistema Extrativo da Pesca Artesanal os principais balizadores do cronograma de atividades ao longo do ano, das estações e das atividades diárias.

As mulheres normalmente cuidam das lides domésticas, dos animais de criação e do entorno da residência. Nos períodos de verão, quando há forte demanda nos balneários do litoral, algumas dessas mães de família se deslocam diariamente para trabalhar como empregadas domésticas. Também há aquelas que possuem emprego fixo, como professoras da rede pública estadual e/ou municipal, e ainda aquelas que já alcançaram a aposentadoria, de sorte que praticamente todas elas contribuem nas atividades agrícolas e com alguma renda não agrícola.

As atividades artesanais também estão presentes entre essas mulheres, podendo destacar-se o fabrico de cobertores com forro de lã de ovelha, lavada e tratada de forma muito peculiar na Lagoa dos Quadros. Também são relevantes os conhecimentos acumulados acerca do processamento e da tecelagem artesanal da fibra da bananeira e de outras fibras vegetais.

Os filhos participam das lides agrícolas e pesqueiras existindo assim uma perspectiva de continuidade nesses sistemas, principalmente se ocorrerem melhorias na comercialização e nos investimentos no sistema produtivo. Provavelmente essa perspectiva não esteja relacionada somente aos resultados econômicos atuais da atividade, mas também (e talvez principalmente) à reprodução das relações socioculturais e simbólicas que permeiam as atividades dessas famílias.

Historicamente mantiveram uma produção diversificada de alimentos para autoconsumo com gradual diminuição até a atualidade, onde se mantém o "pátio" com algumas frutíferas, hortaliças, pequena parcela onde se cultiva aipim, cana, assim como se criam aves para autoconsumo familiar, troca e comércio de ovos com vizinhos. O ancião mantém uma roça onde produz milho para o trato animal, mesmo que ano após ano, esta área esteja sujeita a reduzir-se ou a tornar-se novo cultivo de banana.

O baixo preço pago aos produtos agrícolas de base, que permitem ao agricultor comprar feijão, milho e arroz para o mês inteiro com a venda de apenas um ou dois cachos de banana, certamente desmotiva-o a destinar uma área de roça para esses cultivos. Assim paulatinamente essas áreas vão sendo substituídas por novas parcelas do monocultivo da banana.

Famílias em que a agricultura é a principal atividade familiar (Tipo 2)

A diferença deste grupo ao anterior está basicamente na ausência da atividade pesqueira e na maior importância das rendas externas na composição da

renda familiar. O pai de família dedica-se exclusivamente à produção de banana, sendo, em alguns momentos auxiliado pelos filhos e/ou pela esposa ou tendo que contratar diaristas normalmente filhos de outros agricultores.

Até onde se pôde perceber, os filhos não pretendem dar continuidade às atividades agrícolas enquanto principal alternativa de reprodução socioeconômica, buscando realizar estudos de nível superior e outras ocupações não agrícolas. As famílias do Tipo 2 são nucleares e possuem uma trajetória histórica muito semelhante ao Tipo 1, inclusive pela relação de compadrio e parentesco próximo.

Por um conjunto de fatores deixaram a atividade pesqueira de lado dedicando-se exclusivamente ao sistema de cultivo da banana, o que pode ser um dos motivos que levam à falta de perspectiva da reprodução desta estratégia, visto que a complementação de renda por ativo familiar proporcionada pela pesca eleva consideravelmente a Renda Interna. Além disso, o sistema de produção em articulação com a pesca parece fornecer uma maior possibilidade de renda em anos de bons frutos da atividade extrativa, gerando uma expectativa positiva aos agricultores-pescadores: "*a pesca nos tira do chão*", afirma um deles.

Além das famílias que se dedicam ao cultivo da banana, são enquadradas, nesse tipo, também as famílias que se dedicam à criação de gado nos campos da planície costeira. Essas também têm a atividade agrícola como elemento central na reprodução socioeconômica. São duas as famílias quilombolas que vivem na região dos campos da planície costeira que configuraram um sistema de produção diferenciado devido à característica do ambiente: o sistema "policultivo-criação de gado". Além dessas, outras duas famílias possuem o sistema da pecuária familiar, mas na encosta da serra geral, tendo sido também aqui enquadradas.

Interessante destacar que essas famílias quilombolas que praticam um sistema pecuarista em pequena superfície no ambiente da planície costeira, mesmo que distintos entre si, são os únicos sistemas pecuaristas familiares identificados dentro do perímetro do território quilombola naquele ambiente.

Outro ponto a ser ressaltado é que existem muitas outras famílias quilombolas com sistema de criação de bovinos (de corte ou de leite), na planície costeira e na encosta dos morros basálticos. Entretanto, essas famílias não têm nestes sistemas produtivos a principal alternativa de reprodução socioeconômica e acabaram formando parte dos outros tipos sociais. As quatro famílias aqui incluídas, ao contrário, dedicam-se exclusivamente à atividade agrícola com complementação de rendas externas.

Famílias com Sistemas de Produção complementares a outras atividades não agrícolas (Tipo 3)

As famílias aqui agrupadas possuem as atividades agrícolas como complementares na estratégia de reprodução socioeconômica. Essas famílias optaram em algum momento da história por centrar o foco em atividades não agrícolas, mas mantiveram um sistema produtivo em funcionamento e estruturado, sendo também um elemento de segurança socioeconômica, uma opção em caso de deterioração das condições de trabalho ou das rendas não agrícolas.

Dessa forma, os Sistemas de Cultivo e Criação ficam dependentes das atividades principais não agrícolas por essas pautarem o tempo disponível aos itinerários técnicos dos cultivos e modos de condução da criação. As atividades “centrais” consistem em emprego assalariado ou temporário; envolvimento com atividades comunitárias e articulação política.

Pode-se considerar que o objetivo presente neste grupo de famílias é o de manter o sistema de produção e a infraestrutura produtiva em funcionamento e dele conseguir parte da alimentação familiar, obtendo incremento da renda agrícola pela transformação da produção do sistema de cultivo em produto animal através do sistema de criação. Como a comercialização da produção animal beneficiada de forma artesanal está praticamente inviabilizada pelas restrições da legislação sanitária, o destino da mesma é o consumo familiar, com mínima e eventual comercialização, somente a vizinhos e/ou a parentes. Isso também inviabiliza qualquer tentativa de trazer a atividade como foco da reprodução socioeconômica.

Esse grupo se mostra o mais aberto a alternativas produtivas, coerentemente com a perspectiva de tornar o sistema de produção, algum dia, novamente próspero e que abrigue a mão de obra dos descendentes. Nota-se que existe uma atitude nesse sentido, em que tecnologias mais sustentáveis são procuradas visando a um produto diferenciado. Além disso, o aumento da diversificação produtiva também é uma preocupação para possibilitar o acesso a novos mercados.

Entretanto, até o presente momento os filhos exercem atividade não agrícola no território ou fora dele, sem perspectiva de continuidade das atividades agrícolas nas condições atuais. De qualquer forma têm a segurança de poder voltar às atividades agrícolas, pelo fato de o sistema produtivo estar em pleno funcionamento e por compartilharem a idéia de que seria possível desenvolver um sistema produtivo mais “promissor” num futuro próximo.

Percebe-se assim que acreditam nas políticas públicas que vêm surgindo e ganhando força no meio rural, podendo chegar o tempo em que encontrem as oportunidades a partir de suas perspectivas socioculturais. Almejam, portanto, um desenvolvimento do território quilombola que possa oferecer a reprodução socioeconômica e abrigar mão de obra dos descendentes que hoje trabalham e/ou estudam fora dele. Mantém seus sistemas produtivos em funcionamento por acreditar no desenvolvimento agropecuário da comunidade e da articulação deste com o desenvolvimento do território quilombola.

Famílias com foco nas Atividades Não Agrícolas e/ou Aposentadorias e Agricultura para Autoconsumo (Tipo 4)

Essas famílias vivem atualmente no território, embora algumas possam ter residido durante longo período em cidades como Porto Alegre, Região Metropolitana e Litoral Norte, voltando ao território por diversos motivos (MULLER, 2006, BARCELLOS et al., 2004). A migração dessas famílias para a

cidade ocorreu principalmente a partir de meados do século XX em situação contextualizada no capítulo anterior.

Outra parte das famílias quilombolas manteve suas residências no território, mas passaram a realizar atividades não agrícolas como principal meio de reprodução socioeconômica, estando atualmente também aposentadas. Seus filhos, hoje pais e mães de famílias, residem no território (mesmo que alguns tenham saído) e reproduzem a estratégia de buscar atividades não agrícolas.

Vivem as famílias em núcleos residenciais que representam a família extensa, "os Teresa", "os Silveira", "os Idalina", etc. compondo as localidades do território quilombola (Ribeirão, Morro Alto, Aguapés, Ribanceira, Faxinal, Borba, Espreado, Prainha) que tem suas relações de parentesco e reciprocidade dentre a qual circulam ideias, informações e materiais.

Os netos dos primeiros, filhos dos filhos, todavia frequentam a escola, estudam em universidades, ou exercem atividade não agrícola no território ou fora dele. Sem perspectiva de retorno às atividades agrícolas como meio de reprodução socioeconômica. Esses parecem reproduzir a estratégia dos pais e avós, mantendo-se no território e buscando oportunidades não agrícolas neste ou fora dele.

A perspectiva de desenvolvimento entre as famílias deste grupo tipológico é bastante diversificada e voltada tanto para fora como para dentro do território quilombola. Muitos desses se encontram bem inseridos no mercado de trabalho, com cargos estáveis e muitas vezes bem qualificados. Mesmo assim, acreditam no desenvolvimento territorial para as gerações futuras.

Trabalhadores Rurais (Tipo 5)

Esse grupo de famílias foi reunido por trabalharem com atividades agrícolas para terceiros, obtendo renda não agrícola de atividade agrícola. Essas famílias não possuem acesso à terra própria para produção independente, podendo apenas criar aves e pequenos animais em terreno próximo à residência.

No contexto regional é o que mais se aproxima do "*latiminfundismo*", uma estrutura social agrária onde "grandes proprietários monopolizam a maioria das terras agrícolas, enquanto o campesinato pobre se encontra confinado nos minifúndios que, de tão pequenos, não produzem nem o suficiente para cobrir as necessidades alimentares de suas famílias" (MAZOYER; ROUDART, 2010, pp. 515).

Apesar de haver outros trabalhadores rurais no território quilombola, esse tipo está concentrado e tem como "matriz" de definição uma família extensa específica. As famílias nucleares vivem em área coletiva, com dimensões bastante reduzidas, moradias muito simples e em precárias condições de saneamento básico.

Um grupo de trabalhadores é centrado na figura dos homens, pais de família que expressam em suas feições a história de vida dedicada à venda da força de trabalho para proprietários de terras nos arredores de suas residências. Esses, "diaristas", sem direitos trabalhistas mesmo que por longos períodos de tempo venham servindo o mesmo "patrão". Foi relatado que exercem as mesmas

atividades por sete anos, onze e até dezoito anos para o mesmo proprietário de terras (!), sempre recebendo por dia trabalhado, sem qualquer abono por tempo de trabalho ou férias. Não recebem remuneração quando da ausência no trabalho, mesmo que por motivo de doença ou força maior. Pela idade avançada de alguns, quando lhe afeta alguma moléstia que pode levar à falta de quatro, cinco dias seguidos no trabalho, acaba por comprometer em muito a renda familiar, caracterizando uma situação de alta fragilidade social.

Não existe pagamento diferenciado conforme carga horária trabalhada, podendo algumas jornadas alcançar até 12 horas nos períodos em que há maior disponibilidade de luz natural. As atividades são variadas segundo a dinâmica da propriedade do patrão, desde lida campeira com gado, trato de animais e cultivo de roça, nas fazendas de gado, até o cultivo de fumo e/ou hortaliças nos sistemas altamente especializados das unidades familiar-empresariais.

As condições de trabalho segundo relatos são precárias. Alguns desses trabalhadores não usam equipamentos de proteção individual no manuseio e na aplicação de agrotóxicos. Muitas vezes o problema de saúde que lhes obriga a faltar o trabalho e pelo qual não recebem, é por motivo de “tonturas e frouxidões nas pernas”.

Nos núcleos familiares, existem também aqueles que possuem emprego “com direitos trabalhistas”, maiormente mulheres que trabalham em empresas prestadoras de serviços de jardinagem nos condomínios dos balneários do litoral. Essas pessoas deslocam-se diariamente até o local de trabalho, que fica em torno de 20 km do local de moradia. Possuem carteira assinada e direito a um dia livre por semana.

Por fim ainda há um terceiro grupo de homens e mulheres, mais jovens, que vivem de serviços temporários e pontuais, chamados por eles de “biscates”. Suas atividades se concentram nos sítios de lazer (construção, manutenção, ajardinamento, limpeza e trabalhos domésticos) e curtas empreitadas nas fazendas. Esses “biscateiros” igualmente não possuem direitos trabalhistas e contribuem na composição da renda e na reprodução socioeconômica de suas famílias.

No contestável sistema de trabalho estabelecido entre quilombolas e alguns proprietários de terras, existe uma relação que pode ser considerada “um paternalismo de outrora”, algo que remete ao sistema agrário das sesmarias e a “brecha camponesa”. Nessa relação paternalista, o patrão permite ao trabalhador certo “nível de autonomia”. Assim, ao quilombola é permitido levar alguns insumos (mudas de hortaliças, adubos solúveis e agrotóxicos) para seus cultivos na zona residencial. Também lhe é permitido eventualmente trabalhar por conta própria em determinada área na propriedade do patrão, não sendo o trabalhador pago por este trabalho visto que a roça é para seu desfrute, depois de descontada a “renda” da terra que fica com o patrão, a qual pode chegar à terça parte.

Não raro, também se desenvolvem “parcerias” entre patrão e trabalhador para que este último faça uma roça nas terras do primeiro com o objetivo de alimentação dos animais deste, de sua família e para que o trabalhador “também leve alguma coisa”. Nesses casos o trabalhador tem o dia trabalhado remunerado.

Quilombolas Urbanos (Tipo 6)

Até o momento foram apresentados os tipos familiares que vivem no território quilombola e que têm ou não a centralidade da atividade agrícola em suas estratégias de reprodução socioeconômica. Entretanto, existe uma parcela das famílias que vivem no território, mas que não possuem atividade agrícola. Também existe um grande número de famílias registradas como quilombolas de Morro Alto que atualmente não residem no território.

Muitas delas se fazem presentes frequentemente no território, mantendo profundas relações de pertencimento territorial, parentesco e compadrio (MULLER, 2006). Também participam ativamente das assembleias da Associação Rosa Osório Marques (ACROM), tanto para endossar o movimento quilombola de Morro Alto e propor projetos de desenvolvimento ao território, como também enquanto mediadores políticos com instituições externas sejam elas públicas, políticas, estatais ou de movimentos sociais.

Algumas dessas famílias mantêm residência secundária no território e almejam o retorno quando alcançarem a aposentadoria, somando-se assim ao grupo descrito anteriormente (Tipo 4). As famílias deste grupo eventualmente realizam mínima atividade agrícola que se resume a roçadas e plantio de mudas frutíferas, que pode contribuir no fornecimento de gêneros alimentícios para a família na cidade, manter a terra para “não virar mato” e mesmo para não abandonar o saber-fazer, o patrimônio imaterial e a memória existente naquele espaço rural.

Dessa forma é que algumas famílias ainda visualizam, criam, imaginam projetos futuros no território e é o tipo fortemente envolvido na questão da regularização fundiária. Possuem uma visão externa do contexto fundiário e político local e reivindicam desenvolvimento para os quilombolas, quando acreditam que as potencialidades locais fornecem as bases para impulsionar o desenvolvimento destas famílias. Nas cidades, se articularam com movimentos políticos e muitas vezes militam em movimentos sociais, buscando meios de colocar em prática uma ideia que nunca abandonaram: alcançar o desenvolvimento socioeconômico a partir de suas raízes materiais e culturais.

Torna-se importante então apontar a presença deste tipo de família quilombola, que é em igual ou maior número que as famílias que vivem no território, pois nele pode estar presente uma proposta de inovação ao desenvolvimento territorial, inclusive com investimentos externos e com aporte via projetos de cooperação com instituições externas. Além disso, muitos destes quilombolas cujos pais migraram do território, hoje são profissionais com cursos superiores e/ou possuem experiências em diversos setores tanto da iniciativa privada como de instituições públicas e estatais.

PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E TERRITORIAL

Ao longo da descrição e análise da tipologia social é possível apresentar uma noção de como se encontra a agricultura entre as famílias quilombolas. Dos

quatro tipos descritos que possuem um sistema produtivo em funcionamento e, mais precisamente dos três grupos onde a agricultura recebe uma atenção importante (Tipo 3) ou central (Tipo 1 e 2), é visto que em somente um deles (Tipo 1) o sistema produtivo tem perspectivas de reprodução nas próximas gerações, mais por questões culturais e subjetivas do que pela remuneração do trabalho, e assim se vê em situação distinta aos demais.

Os outros dois grupos ainda visualizam maneiras de aumentar a remuneração do trabalho e a contribuição da renda agrícola, a fim de manterem seus sistemas produtivos e para neles serem renovadas as perspectivas de reprodução socioeconômica, o que até o momento não foi possível. Assim, enquanto que um grupo enfrenta a baixa remuneração de seu trabalho com valores simbólicos e subjetivos, os outros dois parecem não conseguir escapar do mecanismo de crise e de eliminação dos estabelecimentos menos rentáveis de que falam Mazoyer e Roudart (2010, p. 450).

Para além do desenvolvimento dos Sistemas de Produção colocados em prática atualmente pelos agricultores quilombolas de Morro Alto, é necessário buscar também reflexões sobre perspectivas de desenvolvimento que integrem as atividades agrícolas e não agrícolas, visando a um desenvolvimento territorial, de maneira que por fim as famílias agricultoras possam desenvolver-se em conjunto e de forma articulada com as que desenvolverem outras atividades, no território ou fora dele.

Nesse sentido, faz-se necessário o pressuposto de que a comunidade terá acesso pleno a uma porção de terras a partir do avanço do processo de regularização fundiária. Esse pressuposto é fundamental porque somente a partir de um território onde exista uma convergência de ações torna-se válido a construção de um projeto de desenvolvimento comunitário.

Em suas dimensões materiais, existe atualmente uma forte concentração dos sistemas produtores de riqueza, os quais estão vinculados à exploração dos recursos naturais do território (pedreiras, jazidas de areia, arrozais e campos de gado, comércio de sítios de lazer, etc.). A própria distribuição de terras apresenta alta concentração conforme fica evidenciado quando analisada a malha fundiária, publicada pelo INCRA no RTID (BRASIL, 2011): apenas 2,3% dos proprietários possuem mais de 45% da área do território em sua maioria localizada na região dos campos da planície costeira. Ainda analisando o referido RTID publicado, observa-se que 69,25% dos proprietários possuem apenas 9,86% das terras em propriedades menores que 10 ha e 43%, quase a metade dos proprietários, detém a posse de apenas 1,07% das terras em propriedades com menos de 2 ha.

Com concentração da terra e dos meios de produção tornam-se divergentes os interesses e desproporcionais as forças políticas dentro do território, de maneira que seria inútil especular sobre um projeto de desenvolvimento territorial socialmente justo e culturalmente referenciado. Mais provável seria a reprodução da estrutura social e fundiária existente ao longo da história.

Nesse sentido, considerando o pressuposto definido, uma diversidade de caminhos e desafios se coloca para a comunidade quilombola de Morro Alto. O princípio que deve existir nos projetos de desenvolvimento local deve orbitar a

convergência de ações de maneira que as atividades agrícolas e não agrícolas potencializem-se mutuamente.

Na esfera das atividades agrícolas, tornou-se importante a análise da história regional. Por ser um local próximo a centros urbanos de relativa importância econômica, as atividades agropecuárias cederam espaço a outras atividades multissetoriais ao longo do tempo. Não houve de fato uma modernização da agricultura na região, senão mais uma adaptação de certos sistemas de produção a inovações tecnológicas específicas, sem, entretanto, um planejamento para o desenvolvimento dos sistemas produtivos de maneira articulada com o contexto local.

Certamente deverão ser feitos investimentos para fortalecer a viabilidade econômica das atividades agrícolas em Morro Alto, o que não é diferente de outras realidades, inclusive em países desenvolvidos quando tais investimentos ocorrem por meio de subsídios. A questão é onde centrar os esforços.

A agricultura em Morro Alto tem duas grandes vantagens que devem ser consideradas: a característica do ambiente natural torna possível a produção de uma ampla variedade de produtos. E, é possível de ser agregado valor simbólico aos produtos de base pouco valorizados, como no caso do milho, aipim e outros produtos agrícolas.

Iniciativa de pomares coletivos para posterior estruturação de “colha-e-pague” são projetos dos quilombolas que também parecem caminhar neste sentido. A diversificação dos sistemas de produção poderá também contribuir, sendo que atividades de viveirismo, produção de plantas ornamentais, medicinais e condimentares podem atender a diferentes nichos que se apresentam atualmente na região.

Entretanto é a segunda vantagem a mais estratégica, pois permite agregar valor à própria condição da produção para autoconsumo, com forte capilaridade produtiva de produtos de base que poderiam ser transformados em pratos típicos e produtos com características específicas da comunidade. A pamonha, o angu, o cuscuz e a farofa, o revirado, a paçoca, e o café quilombola. O artesanato das fibras naturais, a lã de ovelha produzida nos campos e tecida em cobertores pelas mulheres que nisso se dedicam. A linguça, a morcela, a paleta de ovelha, o molho de pato. Um mundo de opções de interação entre atividades agrícolas e não agrícolas, cada qual com seus desafios.

Seria ainda importante para a realização dos projetos a formação de grupos de interesse autogeridos, de forma a evitar o que Mazoyer e Roudart (2010) chamam de “Deseconomias de Escala” na atividade agrícola, ao empreender projetos centralizados e em escalas demasiadamente grandes, o que ocasiona excessivos gastos no gerenciamento centralizado perdendo-se eficiência na relação força de trabalho e estrutura produtiva disponível.

Por fim, é imprescindível que os quilombolas discutam através de sua associação as potencialidades e limites da regularização fundiária, ou seja, até onde este processo irá potencializar as atividades agrícolas e a partir de que ponto as atividades não agrícolas serão as principais atividades para as gerações futuras, na gestão dos recursos naturais, no processamento da produção agrícola, qualificação

dos serviços oferecidos, mas também na geração de conhecimento, da música dos tambores do Maçambique e da cultura de Morro Alto, a partir de um projeto de etnodesenvolvimento territorial.

Fortalecer o setor de serviços principalmente ligado ao turismo é outra potencial base para o desenvolvimento territorial, visto que todos os dias e ao longo de todo o ano, passam pela região um sem-número de pessoas através das estradas que ligam o litoral à capital gaúcha e ao interior do estado, assim como o sul com o sudeste brasileiro.

O aproveitamento do fluxo turístico para potencializar as atividades agrícolas, agroindústrias comunitárias, artesanato, assim como o acolhimento e a oferta de opções de lazer passam por uma articulação entre todos os interessados. De um lado, nos morros basálticos, a fruticultura diversificada com acesso diferenciado a mercados, trilhas turísticas, cascatas, extrativismo de fibras para artesanato. Nos campos o gado, ovelhas e cavalos, em mosaicos com lavouras nas áreas mais propícias. Nas lagoas o peixe, a pesca, o banho e o passeio de barco. As amenidades do modo de ser quilombola como base para o desenvolvimento comunitário. A conservação do meio ambiente e a beleza paisagística como cartões postais, associados à história e à cultura deste grupo que demonstra o pertencimento territorial através da memória, do pensamento e da ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou descrever as transformações históricas e a diferenciação dos sistemas agrários na região onde se localiza o território ocupado pela comunidade quilombola de Morro Alto. A partir disso foi possível identificar os períodos históricos que contribuíram para a conformação do sistema agrário atual e como se diferenciaram as estratégias de reprodução socioeconômica das famílias quilombolas.

Foram identificadas seis diferentes estratégias dentre as quais estão presentes sete sistemas de produção. No contexto atual, somente em uma dessas estratégias (Tipo 1) é possível identificar uma perspectiva de continuidade das atividades agrícola como central na composição e manutenção da renda familiar. Com efeito, em outras duas estratégias (Tipo 2 e Tipo 3) existe um esforço de tornar a atividade agrícola a principal estratégia familiar de reprodução social, muito embora este esforço venha sofrendo a competitividade da oferta de trabalhos não agrícolas por prover uma baixa remuneração da mão de obra familiar.

O quarto tipo identificado (Tipo 4) mantém atividades agrícolas como complemento da renda familiar e com motivações simbólicas e subjetivas relacionadas ao modo de ser e à qualidade do alimento produzido. O Tipo 5 não possui acesso à terra própria e mantém relações paternalistas com os “patrões” gerando uma situação de extrema fragilidade social. Os quilombolas que abdicaram das atividades agrícolas (Tipo 6), em sua maior parte, migraram do território.

De maneira geral pode-se identificar que o processo de regularização fundiária poderá impulsionar o desenvolvimento local a partir das perspectivas das

famílias quilombolas. Mas por si só não é suficiente, principalmente no que tange ao desenvolvimento agrário. Será necessária, a partir do acesso pleno às áreas circunscritas no então território titulado, a construção de um projeto que articule as atividades agrícolas e não agrícolas para que as famílias com diferentes interesses e estratégias de reprodução social, impulsionem o desenvolvimento material a partir de suas raízes socioculturais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NASCENTE MAQUINÉ (ANAMA); UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Rural (PGDR). *Diagnóstico socioeconômico e ambiental do município de Maquiné - RS: perspectivas para um desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

BARCELLOS M. *et al. Comunidade Negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS: Fundação Cultural Palmares, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional no Rio Grande do Sul. Diário Oficial da União. Brasília: 16 mar. 2011, n. 51, Seção 3, p. 100 – 103. Brasília: Imprensa Oficial, 2011.

COTRIM D. S.; MIGUEL L. Uso do Enfoque Sistêmico na Pesca Artesanal Em Tramandaí – RS. *Eisforia*, Florianópolis, ano 5, v. 5, n. 2, p. 136-160, dez. 2007.

DUFUMIER, M. *Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas*. Salvador: Ed. da UFBA, 2007.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia dos territórios. Land Research Action Network, 2009. Disponível em: <http://www.landaction.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2012.

FERREIRA, J. R. C. *Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários do Município de Camaquã-RS: Uma análise da Agricultura e suas perspectivas de desenvolvimento*. 2001. 181f. (Dissertação) Mestrado em Economia Rural – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do, Porto Alegre, 2001.

GERHARDT, C. H. *Agricultores Familiares, Mediadores Sociais e Meio Ambiente: A construção da "problemática ambiental" em agro-eco-sistemas*. 2002. 524f. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento Rural – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

HAESBAERT, R. *Dos múltiplos Territórios à Multiterritorialidade*. Porto Alegre, 2004. Disponível em:

<http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2012.

HASENACK, H.; WEBER, E (org.). *Base Cartográfica Vetorial Contínua do Rio Grande do Sul* – Escala 1:50.000. Laboratório de Geoprocessamento, Centro de Ecologia, Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. 1 DVD.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. *Histórias das Agriculturas do Mundo: do neolítico a crise contemporânea*. São Paulo: Ed. da UNESP/NEAD/MDA, 2010.

MIGUEL, L. A. A operacionalização do conceito de Sistema Agrário. In: MIGUEL, L. A. (org.). *Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

MULLER, C. B. Comunidade Remanescentes de Quilombo de Morro Alto: Uma análise Etnográfica dos campos de disputa em torno da construção do significado da identidade jurídico-política de “remanescentes de quilombos”. 2006. 285f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SILVA, Marina Raymundo. *Navegação lacustre Osório – Torres*. Porto Alegre: Luzzatto, 1985.

Submetido em 20/08/2012

Aprovado em 26/12/2013

Sobre os autores

Matias Felipe Eidelwein Kraemer

Engenheiro Agrônomo. Mestrando em Desenvolvimento Rural pelo PGDR/UFRGS.

Endereço: Av. João Pessoa, 31, Centro. 90040000 - Porto Alegre – RS – Brasil.

E-mail: matias.kraemer@gmail.com

Lovois de Andrade Miguel

Doutor em Agricultura Comparada e Desenvolvimento Agrícola pelo Institut National Agronomique Paris-Grignon, França. Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/ PGDR - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Endereço: Av. João Pessoa, 31, Centro. 90040000 - Porto Alegre – RS – Brasil.

E-mail: lovois@ufrgs.br